

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/17502</b>	<b>23664/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DECS - DE [APOIOS SOCIAIS]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

O Município de Braga tem vindo a adotar uma política educativa assente na construção de uma escola inclusiva, promovendo um conjunto de políticas que fomentem a equidade no acesso à escolaridade e que passam pela implementação de medidas de apoio socioeducativo, como a atribuição de benefícios em espécie ou de natureza pecuniária, apoio alimentar, atribuição de auxílios económicos e desenvolvimento de atividades de apoio à família.

A atribuição e o funcionamento dos apoios no âmbito da Ação Social Escolar regem-se pelo princípio da equidade, da discriminação positiva e da solidariedade social, no sentido de assegurar o exercício efetivo do direito ao ensino e a igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.

Para o ano letivo de 2025/2026, entende-se que o Município de Braga deve dar continuidade às medidas de apoio, direcionadas para os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, da rede pública do concelho, através da atribuição do “Voucher-Educação”, nomeadamente a aquisição dos manuais de fichas, que complementam os respetivos manuais escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Com vista a assegurar uma gestão eficiente dos procedimentos e garantir que o apoio é atribuído de uma forma direta e sem encargos para os beneficiários, considera-se que ao mesmo tempo que se potencia a economia e se dinamiza o comércio local, contamos com a cooperação da Associação Empresarial de Braga (AEB) na identificação dos estabelecimentos comerciais aderentes o programa “Voucher – educação”, bem como na condução de todo o processo entre os estabelecimentos comerciais e o Município.



A nível municipal o apoio em matéria de aquisição de manuais escolares insere-se nas atribuições dos municípios nos domínios da educação e ação social, previstas nas alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação.

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

## **DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**



## PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

**Assunto:** Protocolo de Cooperação a celebrar com a Associação Empresarial de Braga no âmbito dos apoios socioeducativos para criação do programa “Voucher- Educação para os alunos do 1º ciclo do Ensino Básico, da rede pública, do concelho de Braga”.

**PROPOSTA:** Considerando que:

1. A Constituição da República Portuguesa estabeleceu no respetivo artigo 74.º, n.º 2, alínea a), o princípio da universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino básico.
2. O Município de Braga tem procurado construir políticas sociais que favorecem o apoio à família.
3. A nível municipal o apoio em matéria de aquisição de manuais escolares insere-se nas atribuições dos municípios no domínio da educação e ação social escolar, previstas nas alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação.
4. Se encontra legalmente previsto no Regime Jurídico das Autarquias Locais, que cabe à Assembleia Municipal aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa ao Município – *cfr.* alínea g) do n.º 1 do artigo 2 da já referida Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
5. As referidas atribuições municipais são desenvolvidas através das competências materiais cometidas às Câmaras Municipais, incluindo-se o auxílio a prestar aos estudantes através da atribuição de auxílios económicos – *cfr.* o disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
6. O Município de Braga tem vindo a adotar uma política educativa assente na construção de uma escola inclusiva, em que o acesso à educação seja um direito assumido, promovendo um conjunto de políticas que fomentem a equidade no acesso à escolaridade e que passam pela implementação de medidas de apoio socioeducativo, como a atribuição de benefícios em espécie ou de natureza pecuniária, apoio alimentar, atribuição de auxílios económicos e desenvolvimento de atividades de apoio à família.
7. Para o ano letivo de 2025/2026, entende-se que o Município de Braga deve dar continuidade às medidas de apoio, pensadas para os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, da rede pública do concelho, através de



- atribuição do “Voucher-Educação” para aquisição dos manuais de fichas, que complementam os respetivo manuais escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico.
8. Com vista a assegurar uma gestão eficiente dos procedimentos e garantir que o apoio é atribuído de um forma direta e sem encargos para os beneficiários, ao mesmo tempo que se desenvolve a economia e s dinamiza o comércio local, contamos com a cooperação da Associação Empresarial de Braga (AEB) n identificação dos estabelecimentos comerciais aderentes o programa “Voucher – educação”, bem como n condução de todo o processo entre os estabelecimentos comerciais e o Município.
  9. Com efeito, a Associação Empresarial de Braga é uma associação empresarial, sem fins lucrativos, e cor estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública, já agraciada com a medalha de ouro da cidade de Braga apresentando 153 anos de história e mais de 7.350 associados inscritos, dos quais cerca de 1.243 mantém uma ligação efetiva à instituição na atualidade.
  10. Nas últimas décadas a AEB tem concretizado projetos de modernização e desenvolvimento empresarial d reconhecido sucesso, sendo frequentemente referenciada como uma das mais representativas e dinâmica associações de empresários de Portugal.
  11. Com vista à prossecução dos objetivos nucleares da sua atuação, a AEB possui recursos e técnicos par otimizar as relações com as empresas.
  12. Os custos associados à manutenção da estrutura profissional da AEB para a prestação dos referidos serviço à comunidade empresarial e bracarense são suportados pelas quotizações dos Associados e através d cofinanciamento de projetos desenvolvidos no âmbito da implementação de programas nacionais comunitários de apoio às atividades empresariais e qualificação dos recursos humanos.
  13. A Câmara Municipal de Braga tem vindo a apoiar a AEB, e o tecido empresarial do concelho, no sentido d promover o desenvolvimento económico e empresarial, tendo celebrado já no decurso do ano de 2021 “Acord de Cooperação para Apoio ao Empreendedorismo, Formação, Inovação e Dinamização da Atividad Comercial Turística” que consagra, entre outros, o desenvolvimento de ações conjuntas, com a finalidade d promover iniciativas de dinamização comercial, em parceria com a Câmara Municipal de Braga e outro operadores relevantes, bem como atividades de divulgação da oferta comercial, turística e cultural de Braga”.
  14. Atendendo à relevância e interesse coletivo das atividades desenvolvidas pelas associações empresariais, er particular pela AEB, importa ainda, no atual contexto socioeconómico, estimular as atividades económica através do reforço da cooperação entre organismos do Estado e as Associações, sendo para o efeito necessário o estabelecimento de acordos e protocolos de cooperação que proporcionem condições favoráveis ao desenvolvimento empresarial, em especial nas áreas de apoio ao empreendedorismo, formação, inovação empresarial e promoção comercial.



15. De acordo com os referidos preceitos e fundamentos, entende-se dever ser assegurada a colaboração da AE em termos que protejam os direitos e deveres de cada uma das partes mediante a celebração de protocolo de cooperação.
16. No caso concreto, atendendo às especiais condições na gestão dos procedimentos para a atribuição de vouchers para aquisição dos manuais de fichas, justifica-se que as mesmas sejam asseguradas por entidade de natureza coordenadora de âmbito local, especialmente vocacionada para o efeito e em condições de vantagem em termos logísticos, com maior economia para o município.
17. Devem assim, ser fixadas as condições para a utilização do “Voucher-Educação para os Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, da rede pública, do concelho de Braga”, através da identificação das respetivas regras de funcionamento, nas quais se estabelecem os critérios de elegibilidade dos beneficiários, regras de adesão dos estabelecimentos comerciais, bem como as regras procedimentais aplicáveis ao pedido e atribuição do apoio criado.
18. Relativamente ao valor da despesa prevista, foi calculado o montante no valor de €230.000,00 (duzentos trinta mil euros), por estimativa ao preço de capa de cada título tal como indicado pelos Agrupamentos de Escolas abrangidos e aprovado em Conselho Pedagógico, bem como por referência à despesa do ano anterior e ao número previsto de alunos a beneficiar no futuro ano letivo.

Nestes Termos, em face da necessidade de desencadear os procedimentos necessários à implementação do programa, em tempo do início do ano letivo, propomos ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, que ao abrigo do disposto nas alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea h) do n.º 1 do artigo 33.º todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, profira despacho no sentido de:

- A. Aprovar a manutenção do programa “Voucher-Educação” e as respetivas regras de funcionamento, constante da minuta do Protocolo de Cooperação.
- B. Aprovar/alocar ao mencionado programa a dotação de € 230.000,00€ (duzentos e trinta mil euros), para o ano letivo de 2025/2026.

**A Técnica**

---



**TEXTOS:**

1. Minuta do Protocolo de Colaboração no âmbito da Ação Social para criação do Programa Voucher Educação para os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, da rede pública, do concelho de Braga.



Considerando que:

- A. A Constituição da República Portuguesa estabeleceu no respetivo artigo 74.º, n.º 2, alínea a), o princípio de universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino básico.
- B. Dando cumprimento ao previsto no Decreto-lei n.º 55/2009, de 2 de março, que estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da Ação Social Escolar, foram estabelecidas nos artigos 27.º e seguintes da Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, com as alterações introduzidas até à aprovação da Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, as modalidades dos apoios e complementos educativos previstos.
- C. Concretamente no artigo 30.º da referida Lei de Bases encontra-se previsto que os serviços de ação social escolar são traduzidos por um conjunto diversificado de ações, em que avultam a comparticipação em manuais e material escolar.
- D. A atribuição e o funcionamento dos apoios no âmbito da Ação Social Escolar regem-se pelo princípio da equidade, da discriminação positiva e da solidariedade social, no sentido de assegurar o exercício efetivo do direito ao ensino e a igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.
- E. A nível municipal o apoio em matéria de aquisição de manuais escolares insere-se nas atribuições dos municípios nos domínios da educação e ação social, previstas nas alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação.
- F. Encontra-se ainda legalmente previsto no Regime Jurídico das Autarquias Locais que cabe à Assembleia Municipal aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município – *cfr.* alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da já referida Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



- G. As referidas atribuições municipais são desenvolvidas através das competências materiais cometidas às Câmaras Municipais, incluindo-se no auxílio a prestar aos estudantes através da atribuição de auxílios económicos – *cfr.* o disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- H. Neste sentido, o Município de Braga tem vindo a prosseguir uma política educativa assente na construção de uma escola inclusiva em que o acesso à educação seja um direito assumido, promovendo um conjunto de políticas que fomentam a equidade educativa e que passam pela implementação de medidas de apoio socioeducativo como a atribuição de benefícios em espécie ou de natureza pecuniária, apoio alimentar, atribuição de auxílios económicos e desenvolvimento de atividades de apoio à família.
- I. Para o ano letivo de 2025/2026 que se avizinha, entende-se que o Município de Braga deve prosseguir as medidas de apoio social aos alunos do concelho através do apoio financeiro à aquisição dos cadernos de fichas escolares que complementam os respetivos manuais escolares dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico (1º CEB) público, através da criação do programa *“Voucher Educação para os Alunos do 1.º Ciclo Do Ensino Público do Município de Braga”*.
- J. Com vista a assegurar uma gestão eficiente dos procedimentos e a garantir que o apoio é atribuído de uma forma direta e sem encargos para os beneficiados - ao mesmo tempo que se desenvolve a economia e o comércio local - afigura-se de boa gestão contar com a colaboração da Associação Empresarial de Braga (AEB) na escolha dos pontos comerciais para venda dos referidos cadernos de fichas e condução do processo de aquisição.
- K. A Associação Empresarial de Braga é uma associação empresarial sem fins lucrativos e com estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública, já agraciada com a medalha de ouro da cidade de Braga, apresentando 150 anos de história e mais de 7.350 associados inscritos, dos quais cerca de 1.243 mantém uma ligação efetiva à instituição na atualidade.





- L. Nas últimas décadas a AEB tem concretizado projetos de modernização e desenvolvimento empresarial de reconhecido sucesso, sendo frequentemente referenciada como uma das mais representativas e dinâmicas associações de empresários de Portugal.
- M. Com vista à prossecução dos objetivos nucleares da sua atuação, a AEB possui recursos humanos e técnicos para otimizar as relações com as empresas.
- N. Os custos associados à manutenção da estrutura profissional da AEB para a prestação dos referidos serviços à comunidade empresarial e bracarense são suportados pelas quotizações dos Associados e através do cofinanciamento de projetos desenvolvidos no âmbito da implementação de programas nacionais e comunitários de apoio às atividades empresariais e qualificação dos recursos humanos.
- O. A Câmara Municipal de Braga tem vindo a apoiar a AEB e o tecido empresarial do concelho, no sentido de promover o desenvolvimento económico e empresarial, tendo celebrado já no decurso do ano de 2021 *“Acordo de Colaboração para Apoio ao Empreendedorismo, Formação, Inovação e Dinamização da Atividade Comercial e Turística”* que consagra, entre outros, o desenvolvimento de ações conjuntas, com a finalidade de *“promover iniciativas de dinamização comercial, em parceria com a Câmara Municipal de Braga e outros operadores relevantes, bem como atividades de divulgação da oferta comercial, turística e cultural de Braga.”*
- P. Atendendo à relevância e interesse coletivo das atividades desenvolvidas pelas associações empresariais, em particular pela AEB, importa ainda, no atual contexto socioeconómico, estimular as atividades económicas através do reforço da cooperação entre os organismos do Estado e as Associações; sendo para o efeito necessário o estabelecimento de acordos e protocolos de cooperação que proporcionem condições favoráveis ao desenvolvimento empresarial, em especial nas áreas de apoio ao empreendedorismo, formação, inovação empresarial e promoção comercial.
- Q. De acordo com os referidos preceitos e fundamentos, entende-se dever ser assegurada a colaboração da AEB em termos que protejam os direitos e deveres de cada uma das partes mediante a celebração de protocolo de colaboração.



- R. No caso concreto, atendendo às especiais condições na gestão dos procedimentos para a atribuição dos vouchers para aquisição de caderno de fichas, justifica-se que as mesmas sejam asseguradas por entidade de natureza coordenadora de âmbito local, especialmente vocacionada para o efeito e em condições de vantagem em termos logísticos, com maior economia para o município.
- S. Devem assim ser fixadas as condições para a criação do “*Voucher Educação para os Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Público do Município de Braga*”, através da fixação das respetivas regras de funcionamento, nas quais se estabelecem os critérios de elegibilidade dos beneficiários, regras de adesão dos estabelecimentos comerciais interessados em participar, bem como as regras procedimentais aplicáveis ao pedido e atribuição do apoio criado.
- T. Foi calculado o montante da despesa prevista no valor de €230.000,00 (duzentos e trinta mil euros), sem IVA, por referência ao preço de capa de cada título tal como indicado pelos Agrupamentos de Escolas abrangidos e aprovado em Conselho Pedagógico, bem como por referência à despesa de anos anteriores e ao número previsto de alunos a beneficiar no futuro ano letivo.
- U. Será celebrado e reciprocamente aceite o presente Protocolo de Cooperação no âmbito da Ação Social Escolar para Criação do Programa “*Voucher Educação para os Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Público do Município de Braga*”, relativo ao ano letivo 2025/2026.



**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL PARA CRIAÇÃO DO  
PROGRAMA**

**“VOUCHER EDUCAÇÃO PARA OS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO PÚBLICO DO  
MUNICÍPIO DE BRAGA”**

**Ano Letivo 2025/2026**

**ENTRE:**

**O MUNICÍPIO DE BRAGA**, com o número de identificação de pessoa coletiva 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, no presente ato representado pelo Presidente, Dr. **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, adiante designado “Entidade Promotora”,

**E**

**ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE BRAGA**, com o número de identificação de pessoa coletiva 500 971 285, com sede na Rua D. Diogo de Sousa, 91, em Braga, no presente ato representada pelo Senhor Presidente da Direção Dr. **Daniel Fernandes Vilaça**, adiante designada por “AEB”,

Protocolo de Cooperação que se rege pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1.ª**

**Objeto**

1. O presente protocolo tem por objeto a definição das condições para a concessão do apoio financeiro à aquisição dos cadernos de fichas escolares que complementam os respetivos manuais escolares dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico (1ºCEB) público no Município de Braga, constante do ANEXO I do presente Protocolo, através da criação do programa *“Voucher Educação para os Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Público do Município de Braga”*.
2. A dotação do programa é de €230.000,00 (duzentos e trinta mil euros), sem IVA, podendo ser adaptada ao longo da execução do protocolo, caso se justifique.

**Cláusula 2.ª**

**Obrigações do Município de Braga**

No âmbito do presente protocolo a Entidade Promotora obriga-se a:

- a) Fiscalizar o cumprimento das normas do presente protocolo, designadamente o cumprimento pela AEB das condições previstas na cláusula 4.ª;



- b) Assegurar a alocação à iniciativa Voucher Educação a dotação de €230.000,00 (duzentos e trinta mil euros), s/IVA, para o ano letivo 2025/2026;
- c) Fornecer à AEB uma lista com o número total de vouchers emitidos;
- d) Dar publicidade ao programa “Voucher Educação para os Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Público do Município de Braga” através das plataformas disponíveis (físicas e online) informando sobre as condições de acesso e procedimento para a obtenção dos apoios financeiros.

### Cláusula 3.ª

#### Obrigações da Associação Empresarial de Braga

No âmbito do presente protocolo, a AEB fica obrigada a:

- a) Proceder à gestão e execução do programa “Voucher Educação para os Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Público do Município de Braga” de acordo com as condições previstas na cláusula seguinte;
- b) A AEB apresentará um relatório final de execução do programa com referência aos valores pagos e eventuais dificuldades sentidas e proposta de melhoria;
- c) Coordenar, organizar, gerir, disponibilizar e divulgar uma lista com os estabelecimentos comerciais da cidade de Braga aderentes ao Programa.
- d) Coordenar, em articulação com o Município de Braga, ações de formação para utilização da plataforma eletrónica criada para controlar a execução do Programa, junto dos estabelecimentos comerciais aderentes.
- e) Cumprir o Regulamento Geral de Proteção de Dados, publicado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, no que for aplicável.

### Cláusula 4.ª

#### Condições do Programa

1. O programa “Voucher Educação para os Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Público do Município de Braga” será executado de acordo com as seguintes condições:
  - a) Serão atribuídos vouchers-educação para a aquisição dos cadernos de fichas escolares que complementam os respetivos manuais escolares dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico (1ºCEB) público, no Município de Braga constantes da Lista que constitui o ANEXO I do presente Protocolo;
  - b) Os vouchers terão o valor variável correspondente ao preço de capa, de acordo com o ano de escolaridade e agrupamento de escolas;
  - c) Os vouchers serão exclusivamente para a aquisição dos cadernos de fichas escolares que complementam os respetivos manuais escolares dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico (1ºCEB) público;



- d) Os vouchers-educação destinam-se a todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico (1ºCEB) público que frequentem estabelecimentos de ensino no concelho de Braga, independentemente do seu local de residência;
  - e) O voucher-educação é concedido por aluno, independentemente da constituição do agregado familiar;
  - f) O voucher-educação será enviado a cada Encarregado de Educação, constituindo um documento nominativo, com referência ao nome e número de contribuinte do aluno, código encriptado, bem como o valor.
  - g) O documento recebido é suficiente para utilização do valor atribuído junto dos estabelecimentos comerciais aderentes;
  - h) No momento de utilização do voucher-educação os encarregados de educação dos beneficiários deverão fazer-se acompanhar de documento identificativo onde conste o NIF (por exemplo o Cartão de Cidadão) do aluno;
  - i) Os vouchers-educação estarão disponíveis a partir do dia [...];
  - j) A lista com os estabelecimentos comerciais aderentes onde podem ser utilizados os vouchers educação poderá ser consultada na página online do Município de Braga e da AEB e junto das respetivas escolas/agrupamentos;
  - k) Em caso de dúvidas ou necessidade de esclarecimentos sobre as condições de utilização dos vouchers educação deverá ser utilizado o contacto telefónico 253 616 060 ou o endereço eletrónico [educa@cm-braga.pt](mailto:educa@cm-braga.pt).
2. As condições de utilização do programa “*Voucher Educação para os Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Público do Município de Braga*” resumidamente contidas no ANEXO II do presente Protocolo de Colaboração deverão ser disponibilizadas na página online do Município de Braga e da ACB e junto das respetivas escolas/agrupamentos.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Estabelecimentos Comerciais Aderentes**

1. A AEB deverá elaborar no prazo de 5 (cinco) dias a contar da assinatura do presente protocolo de colaboração uma lista com os estabelecimentos comerciais da cidade de Braga aderentes ao Programa.
2. Deverão ser convidados a aderir ao Programa todos os estabelecimentos comerciais do concelho de Braga com o objeto social adequado ao fornecimento dos materiais escolares referidos.



3. Os estabelecimentos aderentes deverão fornecer à AEB os dados a disponibilizar na lista de estabelecimentos aderentes (denominação, NIPC, morada, horário de funcionamento), publicitar através de afixação na montra do estabelecimento de informação normalizada a fornecer pela AEB com identificação do programa e assegurar o cumprimento das diretivas de gestão fornecidas pela AEB.
4. Para efeito de inclusão na lista de estabelecimentos aderentes deverão ainda os mesmos apresentar certidões de não dívida à Fazenda Pública e Segurança Social válidas e código de Registo Central do Beneficiário Efetivo.
5. A faturação do valor do voucher educação deverá ser efetuada diretamente pelo estabelecimento comercial aderente ao Município de Braga através dos seguintes dados fiscais:

**MUNICÍPIO DE BRAGA**

NIPC 506901173

Municipal, 4700-435 Braga

6. Os estabelecimentos comerciais aderentes deverão remeter, **semanalmente**, à AEB os vouchers entregues, bem como as faturas emitidas em nome do Município para efeitos de pagamento.
7. Para efeitos de pagamento por parte do Município de Braga os estabelecimentos aderentes deverão remeter à AEB comprovativo de IBAN.
8. Após controlo e validação, por parte da AEB, os pagamentos serão efetuados pelo Município de Braga diretamente aos estabelecimentos aderentes no prazo de 30 (trinta) dias.

**Cláusula 6.ª**

**Prazo de vigência**

O período de vigência do presente protocolo coincide com o ano letivo 2025/2026.

**Cláusula 7.ª**

**Execução e Avaliação do Protocolo**

Para uma articulação permanente podem os representantes indicados pelas partes reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

**Cláusula 8.ª**

**Ocorrências e emergências**



A AEB deve comunicar à Entidade Promotora, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente protocolo.

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

##### **Verificação do cumprimento do objeto do acordo**

1. A Entidade Promotora pode verificar o cumprimento do objeto do protocolo pela AEB, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe as informações e os documentos que julgue necessários.
2. As determinações da Entidade Promotora emitidas no âmbito da verificação do cumprimento do protocolo são imediatamente aplicáveis e vinculam a AEB, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **Modificação do Protocolo**

1. O presente protocolo pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias ou pela Entidade Promotora, sempre que assim o imponham razões de interesse público devidamente fundamentadas.
2. A modificação do Protocolo obedece a forma escrita.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **Suspensão do Protocolo**

A execução do presente protocolo pode ser total ou parcialmente, suspensa com base nos seguintes fundamentos:

- a) Impossibilidade temporária de cumprimento, designadamente em virtude de mora de um dos outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
- b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Resolução pelas Partes Outorgantes**

Sem prejuízo da resolução do presente protocolo nos termos gerais de direito, pode também ser resolvido quando se verificar:



- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

#### **Revogação**

1. O presente protocolo, pode ser revogado a todo o tempo por acordo entre as partes devendo ser comunicada a intenção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.
2. A revogação obedece a forma escrita, por meio de carta registada com aviso de receção, a remeter aos demais outorgantes.

### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

#### **Revisão do protocolo**

Qualquer alteração dos termos ou condições previstas no presente protocolo, carece de prévio acordo escrito entre os outorgantes.

### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

#### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do protocolo estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do protocolo deverá ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

#### **Entrada em vigor**

O presente protocolo entra em vigor na data da assinatura e terá em atenção o calendário escolar fixado para o ano letivo 2025/2026.

### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

#### **Publicidade**

Sem prejuízo das demais obrigações de publicidade resultantes da celebração do presente protocolo, os outorgantes deverão publicitá-lo nos locais de estilo e publicá-lo nas suas páginas da Internet.





**Cláusula 18.<sup>a</sup>**

**Cabimento e compromisso**

A despesa constante da execução do presente protocolo tem cabimento na rubrica 96103 do orçamento da Entidade Promotora tendo-lhe sido atribuído no processo gestiona nº 23664/2025.

**Cláusula 19.<sup>a</sup>**

**Disposições Finais e Omissões**

As entidades subscritoras declaram estar cientes dos direitos e obrigações emergentes do presente protocolo de colaboração e acordam que em caso de omissão se recorrerá à legislação e regulamentação aplicáveis.

Braga, junho de 2025

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

---

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

O Presidente da Associação Empresarial de Braga,

---

(Daniel Fernandes Vilaça)



## **ANEXO I**

### **(Lista de Estabelecimentos de Ensino)**

- Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio (1º CEB);
- Agrupamento de Escolas André Soares (1º CEB);
- Agrupamento de Escolas Braga Oeste (1º CEB);
- Agrupamento de Escolas Carlos Amarante (1º CEB);
- Agrupamento de Escolas Celeirós (1º CEB);
- Agrupamento de Escolas D. Maria II (1º CEB);
- Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches (1º CEB);
- Agrupamento de Escolas Maximinos (1º CEB);



- Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado (1º CEB);
- Agrupamento de Escolas Real (1º CEB);
- Agrupamento de Escolas Sá de Miranda (1º CEB);
- Agrupamento de Escolas Trigal Santa Maria (1º CEB);
- Escola Não Agrupada - Conservatório de Música Calouste Gulbenkian (1º CEB).



## ANEXO II

### **(Condições Base do Programa “Voucher Educação para os Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Público do Município de Braga”)**

- 1) Serão atribuídos vouchers-educação para a aquisição dos cadernos de fichas escolares que complementam os respetivos manuais escolares dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico (1ºCEB) público no Município de Braga.
- 2) Os vouchers educação terão valor variável correspondente ao preço de capa, de acordo com o ano de escolaridade e agrupamento de escolas, independente de qualquer tipo de escalão.
- 3) Os vouchers educação serão exclusivamente para a aquisição dos cadernos de fichas escolares que complementam os respetivos manuais escolares dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico (1ºCEB) público. Informa-se que os alunos do ensino público têm acesso, por via do Ministério de Educação (Plataforma MEGA), ao voucher para levantamento dos respetivos manuais.
- 4) Os vouchers educação destinam-se a todos os alunos que frequentem estabelecimentos de ensino no concelho de Braga, independentemente do seu local de residência.
- 5) O voucher educação é concedido por aluno independentemente da constituição do agregado familiar.
- 6) O voucher educação será entregue pelo correspondente agrupamento de escolas, constituindo um documento nominativo, com referência ao nome e número de contribuinte do aluno, código encriptado bem como ao valor.
- 7) O documento recebido é suficiente para utilização do valor atribuído junto dos estabelecimentos comerciais aderentes.
- 8) No momento de utilização do voucher educação os encarregados de educação dos beneficiários deverão fazer-se acompanhar de documento identificativo onde conste o NIF (por exemplo o Cartão de Cidadão) do aluno e do encarregado de educação.
- 9) Os vouchers educação estarão disponíveis a partir do dia 18 de agosto de 2025.



10) A lista com os estabelecimentos comerciais aderentes onde podem ser utilizados os vouchers educação poderá ser consultada na página online do Município de Braga e da ACB e junto das respetivas escolas/agrupamentos.

11) Em caso de dúvidas ou necessidade de esclarecimentos sobre as condições de utilização dos vouchers educação deverá ser utilizado o contacto telefónico 253 616 060 ou o endereço eletrónico [educa@cm-braga.pt](mailto:educa@cm-braga.pt).

